

MAURÍCIO WALDMAN

OITO

Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida



EDITORA KOTEV
SÉRIE MEIO AMBIENTE 16

Em Memória a Paulo Schilling (1925-2012)

Campeão da defesa dos interesses nacionais e ativista incansável da justiça social

PREFÁCIO DA EDIÇÃO DE 2018

Quase três décadas após a primeira edição de *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*, este é um momento apropriado para uma avaliação retrospectiva de um temário que inserido no debate relativo à questão ambiental, seria por definição complexo e instigante.

Mais ainda, quando o texto tem por foco as relações contraditórias mantidas pelos grandes interesses com a questão da preservação ambiental, que para arrematar, seguem reatualizando métodos e ações pouco ou nada diferentes na essência, das decriptadas no material ora prefaciado.

Poucos temários magnetizaram de modo tão pungente a comunidade ambientalista quanto o da *Conversão da Dívida Externa* ou *Debt Swap*, proposição lançada nos momentos anteriores à Eco-92 por segmentos do ecologismo afluente em parceria com diversos círculos financeiros internacionais.

Embora assimilada por segmentos do movimento ambientalista - particularmente as grandes entidades ecológicas -, esta proposta foi majoritariamente repudiada pelo ambientalismo nacional e mundial, posição em boa parte adotada em razão do impacto conjuntural da publicação de *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*.

Escrevi este texto em Abril de 1991 a pedido do saudoso jornalista Paulo Schilling, de cuja amizade e companheirismo desfrutei nos felizes anos em que trabalhei no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Schilling, militante histórico dos movimentos sociais e homem de ilibada reputação, foi indicado, com base em *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*, para a apresentação das objeções e discordâncias aos convênios de permuta da dívida externa nos encontros de abertura oficial do Fórum Paralelo da ECO-92.

Para minha inteira satisfação, as críticas que elenquei no texto foram aprovadas sem hesitação e sem demora pelos representantes das centenas de entidades presentes ao evento.

Neste prisma, independentemente de quaisquer outras considerações, *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* perfaz um documento de caráter histórico, representativo de um momento crítico do ambientalismo internacional.

Contudo, a reedição do texto por iniciativa da **Editora Kotev** não se restringe a uma iniciativa restrita à memória, basicamente por dois motivos.

Primeiramente, em razão de que o debate dos programas centrados na conversão da dívida externa por proteção ambiental não se limitaram ao Fórum da Eco-92 e pelo contrário, este perseverou nos anos seguintes ao evento, adentrando-se na primeira década do Século XXI.

Mormente porque a despeito do que foi concertado na Eco-92, os convênios deste tipo, à revelia da oposição de amplos setores do ambientalismo, foram aplicados em vários países, contudo, sempre com resultados controversos.

Nesta perspectiva, somando ao que está consignado em *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*, uma vasta literatura especializada confirma que o *Debt Swap*:

- Promoveu benefícios excessivos ao mundo financeiro na concertação da preservação ambiental;
- Ao contrário do que era esperado, não houve resultado sensível em termos de cessar ou retroagir a degradação ambiental e tampouco, ocorreu uma mitigação no endividamento externo dos países supostamente beneficiados;
- Não configurou forma de financiamento suficiente pra uma efetiva proteção ambiental;
- Não atendeu e nem levou em consideração as expectativas das populações tradicionais, que em princípio, seriam beneficiadas pelos convênios;
- Muitos programas de preservação estiveram sob titularidade de ONGs cuja representatividade, ao longo do processo, terminou colocada em questão, em especial quanto à efetividade dos projetos aprovados pelos convênios;
- Os fundos disponibilizados pelo *Debt Swap* foram destinados de modo disfuncional e com isso, estiveram distantes de afastar as seríssimas ameaças globais à biosfera.

Em segundo lugar, rubrique-se que *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* registra uma polêmica, relativa as relações contraditórias que perpassam entre o *status quo* e diferentes epifenômenos que constituem seu desdobramento objetivo,

que nas interfaces com a preservação ambiental, persistem conotadas de manifesta atualidade.

Atente-se que a tese da Conversão da Dívida propiciou de igual modo que fossem apresentadas de outras modalidades de propostas de associação da conservação da natureza com os circuitos financeiros, consistindo portanto, numa matriz que segue colocada em questão.

No mais, não seria demasiando consignar, adotando o contraditório como calço, que permanece viva a expectativa de que a economia seja fundamentalmente um instrumento voltado para garantir o bem-estar de grupos, povos e nações, e que a inversão desta premissa, antes como também agora, não propiciará a atmosfera de apoio e conforto que perdura como a mais profunda e venrável reivindicação de amplos setores da Humanidade.

É exatamente por estas razões que o autor deste Prefácio, que igualmente foi o responsável pelo texto de *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*, entende como cabível um convite para a leitura deste material, cabendo aos que se sentirem instados a conhecê-lo, a palavra final sobre o que foi registrado e ponderado.

Agradeço a todos os interessados em atender a este convite.

Maurício Waldman

OITO CRÍTICAS ECOLÓGICAS À CONVERSÃO DA DÍVIDA ¹

Maurício Waldman ²

Todos os temas polêmicos geram várias hermenêuticas. A tese da conversão da dívida externa é um desses temas. Ainda assim, dissertar sobre o foco deste temário requer um esforço de redação diferente.

Talvez talmúdico, por destrinchar nuances, uma a uma. Possivelmente geológico, por ser composto de vários aluviões, lentamente sedimentados na memória pela ação implacável do tempo.

Sem dúvida alguma em ritmo cadenciado, pois a última assertiva é geral e ao mesmo tempo particular.

Um trabalho de crítica é (ou deve ser) também um trabalho de construção, no qual calçamos um canal para que as ideias que defendemos escoem e fertilizem uma discussão.

Pois então, as assertivas que compõem esta crítica à conversão seguem, a partir de agora, como uma contribuição para este debate.

Constituem fruto de uma redação realizada em um dia de Abril, quando a conclusão inevitável sobre a questão, repentinamente assombrou folhas dispersas de papel.

I. O movimento ecológico no exterior não é unânime no apoio à conversão e preferencialmente tem optado pelo apoio ao cancelamento integral da dívida externa.

A proposta de conversão da dívida externa tem origem nos meios ambientalistas dos países credores, que forneceram a terminologia *Debt-for-Nature Swap* ou então, simplesmente *Debt Swap*, consistindo, numa tradução livre da língua inglesa, na conversão da dívida por proteção ambiental.

Desde 1984, quando este tipo de convênio foi proposto pela primeira vez, até os dias atuais, a conversão tem sido sugerida com crescente força, apoiada por grandes entidades internacionais de defesa do meio ambiente.

O fato de entidades que representam grande força de mobilização social estarem entre os defensores da conversão no exterior, não deveria ser motivo de surpresa.

Historicamente, em especial nos Estados Unidos, a preocupação em salvar o que restava da natureza original motivou forte movimento de opinião pública, surgido em momentos em que se fazia o inventário do patrimônio natural norte-americano.

É assim que foi criado pela primeira vez um parque natural, o de Yellowstone, no ano de 1872 e, antes de 1899, ainda outros, como Yosemite, General Grant, Sequoia Park e Mount Rainier.

Este interesse público estava respaldado numa corrente preservacionista, origem de entidades como o Sierra Club (fundado em 1892), da National Audubon Society (em 1905), da Izaak Walton League (1922), da The Wilderness Society (1935), assim como da National Wildlife Federation (1936), todas fortemente influenciadas pelo apelo de proteção dos bastiões de naturalidade encontrados na federação norte-americana (Figura 1).

Neste sentido, a preservação da vida selvagem é a pedra angular do movimento ambientalista estadunidense, contando com vigoroso apoio social e comandando, numa perspectiva global, uma grande parcela de fundos (Cf. Lester Brown, *Por uma Sociedade Viável*, 1983).

Note-se que embora o movimento ambientalista dos Estados Unidos tenha, nos últimos anos, avançado para questões sociais, a temática de cunho naturalizante é o grande senso comum. Não admira, pois, que a tese da conversão, implicando na defesa das florestas tropicais, tenha neste país, encontrado calorosa receptividade.

O problema parece ser justamente este: é impossível, no quadro de relações sociais e econômicas deterioradas do Terceiro Mundo, pensar isoladamente a questão do meio ambiente. Mais: o tema tem ganho uma dimensão empresarial imprevista no Primeiro Mundo, desenvolvendo forte escopo político e econômico.

Esta conjuntura propiciou o surgimento de metodologias e de suportes teóricos baseados no desenvolvimento sustentável, conceito acompanhado do chamado manejo racional dos recursos naturais.

Termos contraditórios e ambíguos, constituem parte indissociável de um discurso ecocapitalista, de crescente popularidade no meio empresarial. Não por acaso, existe autêntica apologia a estas terminologias nas Resoluções do Encontro de Roterdã, que reuniu em Abril de 1991 na Holanda, 750 executivos de todo o mundo.



FIGURA 1 - As grandes entidades conservacionistas norte-americanas reúnem milhões de membros e estão em atividade tanto no plano nacional quanto no internacional, regional e local. A imagem acima é o logo da seção estadual do Connecticut do Sierra Club, uma das subsidiárias que estão instaladas por todo o território da federação norte-americana. O filósofo e naturalista John Muir, conhecido como “Pai dos Parques Naturais”, é um dos nomes históricos do Sierra Club, entidade da qual foi cofundador. Uma das missões declaradas do Sierra Club é o conhecido *motto* “Explorar, desfrutar e proteger os lugares selvagens da Terra”, uma divisa declaradamente conservacionista. (Fonte: < <https://www.sierraclub.org/> >. Acesso: 10-07-2018).

A terminologia também passou a estar incorporada nas declarações dos grandes organismos financeiros internacionais, os mesmos que unidos ao empresariado desencadearam o maior ecocídio da história.

Tendo por premissa *a economia de mercado, medidas sociais paliativas e a crença no avanço tecnológico como fator de industrialização limpa e ecologicamente aceitável*, o conceito tem sido objeto de críticas demolidoras (Vide *Reflexões Críticas sobre o Relatório Brundtland*, de Selene Herculano dos Santos, Grude, 1991).

Discutir a implantação da conversão, portanto, não está dissociada de um jogo de relações e interesses estranhos à defesa da ecologia, pelo que o apoio de entidades norte-americanas à proposta deveria ser urgentemente rediscutido.

Ao mesmo tempo, não se pode entender que exista unanimidade no ecologismo internacional. Na Europa, forças de inegável presença política, como o Partido Verde da Alemanha, têm combatido a proposta e participado ativamente de campanhas de solidariedade aos povos do Sul.

Entidades alemãs como a *DNR - Deutscher Naturschutzring* (Liga Alemã de Defesa Ambiental) e a *Bund fur Naturscheutz Deutschland* (Federação Alemã de Defesa do Ambiente) deram grande contribuição, por exemplo, para o Contracongresso de Berlim, realizado em Setembro de 1988 paralelamente a evento oficial organizado cm apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, instituição financeira que integra o Banco Mundial).

Momentos marcantes de um *novo internacionalismo*, o movimento ecológico reuniu milhares de pessoas em protestos contra o sistema financeiro internacional, em favor dos povos do Terceiro Mundo, colocando, em alguns momentos, oitenta mil manifestantes nas ruas (Vide Michael Schwartzkopff, Revista Tempo e Presença, nº. 236, 1988).

Naquela ocasião, policiais apoiados por blindados e por reforços trazidos de toda Alemanha não conseguiram abafar os protestos contrários à presença, na cidade, de representantes de uma política que subjuga o Terceiro Mundo e devasta o meio ambiente.

O Contra-congresso, no melhor estilo das tradições libertárias, traduziu seus anseios por um mundo melhor em uma *contradeclaração*, afirmando sua “solidariedade aos movimentos de libertação do Terceiro Mundo”, pois “a crise do Terceiro Mundo é parte de uma ordem econômica que há séculos tem se caracterizado pela predominância dos países industrializados”.

Destacava igualmente a necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), na qual, *novas estruturas de produção e consumo internacional devem ser desenvolvidas, baseadas numa relação não-exploradora entre a humanidade e a natureza* (Declaração do Contra-congresso).

A condenação do FMI e do Banco Mundial promovida em julgamento simbólico em Sessão do Tribunal Permanente dos Povos (patrocinado pela Fundação Lelio Basso), destacou que as instituições violavam a Carta das Nações Unidas, suas próprias constituições e que têm sido negligentes na concessão de empréstimos.

Ao lado dos *crimes ambientais* promovidos pelo FMI/Bird, a miséria derivada da exploração financeira justificaria, enfim, *o não-pagamento da dívida pelo princípio da necessidade de defesa*, pois o pagamento, poderia prejudicar gravemente o nível de vida dos países do Sul.

O posicionamento dos ecologistas alemães, longe de serem os únicos, não deixam dúvidas quanto ao significado político, jurídico, social, econômico e ambiental presentes na questão da dívida, que sendo ilegítima, deve portanto, ser cancelada.

Neste senso, atuar favoravelmente por sua conversão é entrar na contramão deste debate, pois além de legitimá-la, é apostar na sua continuidade.

A diferença entre os dois posicionamentos diz respeito a uma questão de princípios, onde uma postura “realista” implica em aceitar que os bancos credores continuarão não abrindo mão de seus lucros, legitimando relações de exploração e dependência no plano internacional.

A polarização que ocorre no Brasil acompanha uma clivagem internacional. Logo, os rótulos de “nacional” ou “estrangeiro” pouco ou nada acrescentam neste debate, pois reportam a posições políticas e não às origens dos debatedores.

Certo é que os ecologistas do Sul compreendem o quanto a argumentação da preservação pura e simples é convincente para setores do movimento ecológico do Norte.

Também sabem que quando o militante seringueiro Chico Mendes (Figura 2) era um ilustre desconhecido em sua própria terra, ambientalistas americanos vieram em seu apoio, dando cobertura mundial para sua luta e pressionando os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) no bloqueio de empréstimos lesivos ao meio ambiente.

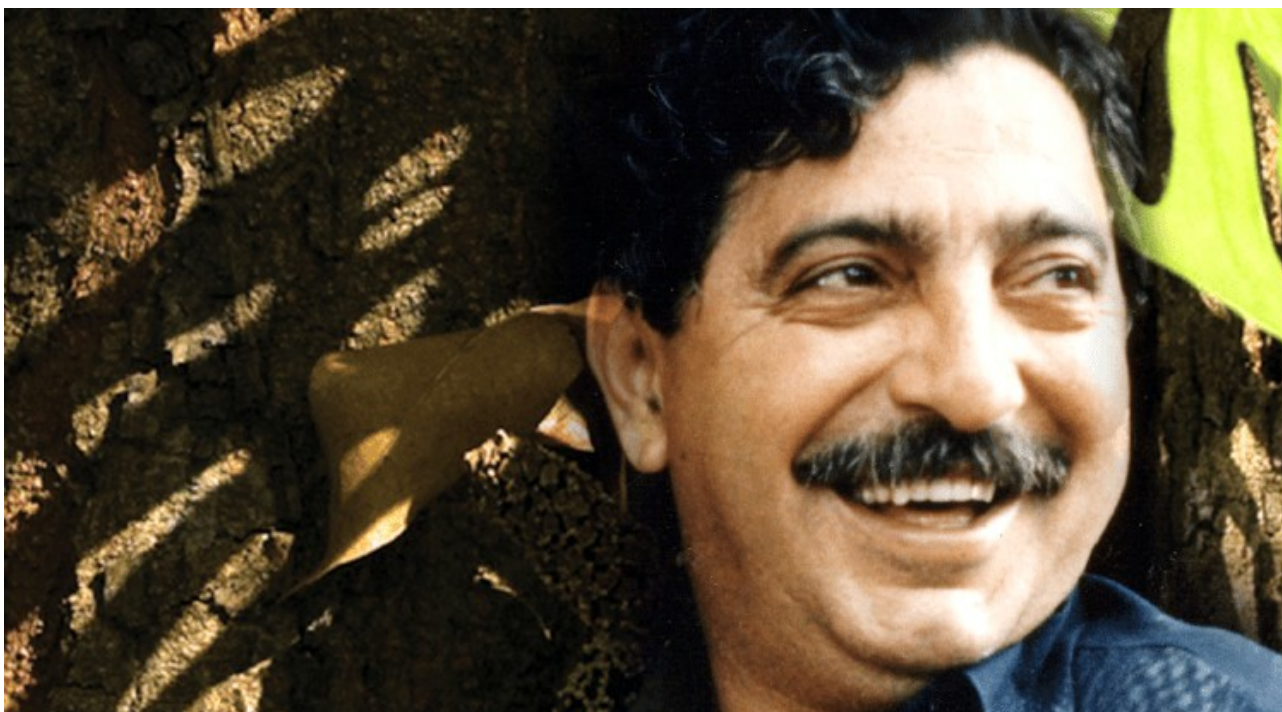


FIGURA 2 - Chico Mendes numa das imagens emblemáticas do líder seringueiro
(Fonte: Arquivo Histórico do Sindicato de Xapuri, Acre)

É necessário, porém, dar continuidade ao processo, na mesma linha de coerência e solidariedade anteriormente demonstrada. Sobretudo, recordar que a luta de Chico Mendes, justamente a que alçou a Amazônia para o cenário internacional, era a luta do homem simples do campo, do oprimido do Terceiro Mundo, dos marginalizados, dos trabalhadores que querem construir *seu próprio projeto de vida*, oposto ao projeto de morte exercido pelos poderosos.

Nos sonhos de Chico Mendes e de todos os oprimidos está um projeto generoso e justo, a exata negação dos mecanismos de dominação associados à morte, miséria e devastação do meio ambiente.

II. O montante de “reciclagem ambiental” da dívida é irrelevante e em nada auxiliará na resolução dos graves problemas sociais e econômicos do Terceiro Mundo. Pelo contrário, legitimando uma dívida já paga e, portanto, ilegítima, contribuirá para agravá-la, inviabilizando a própria defesa do meio ambiente.

Desde que foi anunciada no Brasil, em 1984, a conversão da dívida por proteção ambiental sofreu significativa diminuição com relação às porcentagens e valores possíveis de serem captados.

Em seus momentos mais felizes, algumas vozes no movimento ecológico falavam em converter “a maior parte da dívida”. Todavia, cinco anos após, várias publicações

brasileiras já haviam reduzido suas expectativas para *5% da dívida*, gerando uma soma que, considerando o total de débito externo (calculado em aproximadamente US\$ 120 bilhões em 1989), não ultrapassaria US\$ 6 bilhões.

Mesmo assim, este total, pequeno diante das expectativas iniciais, era considerado decisivo, do ponto de vista ambiental.

Porém, em um ano, mesmo este quadro foi alterado drasticamente. Lembrando que em 1989, setores interessados na conversão pensavam em obter algo em torno de US\$ 6 bilhões, este total foi rebaixado, em 1990, para patamares bem menores.

Em depoimento concedido ao *Jornal do Brasil* em 10 de Junho de 1990, Ângelo Santos, à testa da coordenação de Cooperação Internacional do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), reduziu o valor para US\$ 1 bilhão, quantia que na sua avaliação “já era um exagero”, pois “não conseguiríamos utilizar tantos recursos em tão pouco tempo”.

Praticamente um mês após tais declarações, novas reduções eram anunciadas, pois planos de trabalho apresentados por entidades favoráveis à conversão da dívida, proclamavam a intenção de obter US\$ 264,3 milhões, e isto para um período de cinco anos (*O Estado de S. Paulo*, 06-07-1990).

Apesar da insignificância da quantia frente ao total da dívida externa e dos planos representarem somente *0,2% do total*, vale lembrar que o apetite por recursos pode sofrer novas diminuições, pois algumas entidades já trabalham com a perspectiva de receberem apenas alguns milhões de dólares (*Jornal do Brasil*, 12-08-1990).

Cenários para os quais a conversão era pensada em termos de bilhões de dólares ou “diminuição de sua maior parte”, podem ser julgados definitivamente abandonados. Não é mais possível apresentar a conversão como esquema que retiraria o ônus do pagamento da dívida dos ombros das populações do Terceiro Mundo.

Internacionalmente, esta redução de expectativas é óbvia de antemão, *em vista de que a proposta envolve a troca de pequena porção da dívida por alguma espécie de proteção*.

A razão fundamental para sucessivos recuos parece evidente: não interessa aos credores perder a preciosa fonte de renda líquida, fornecida pelo pagamento dos juros da dívida (Figura 3).

Neste íterim, vozes governamentais favoráveis à conversão, como o embaixador Jório Dauster, antigo negociador oficial da dívida externa, admitiam um desenlace

favorável às negociações visando o *Debt Swap*. Todavia, “em valores não muito altos”, ou seja, baixos (declaração feita ao *Jornal do Brasil*, 15-08-1990).

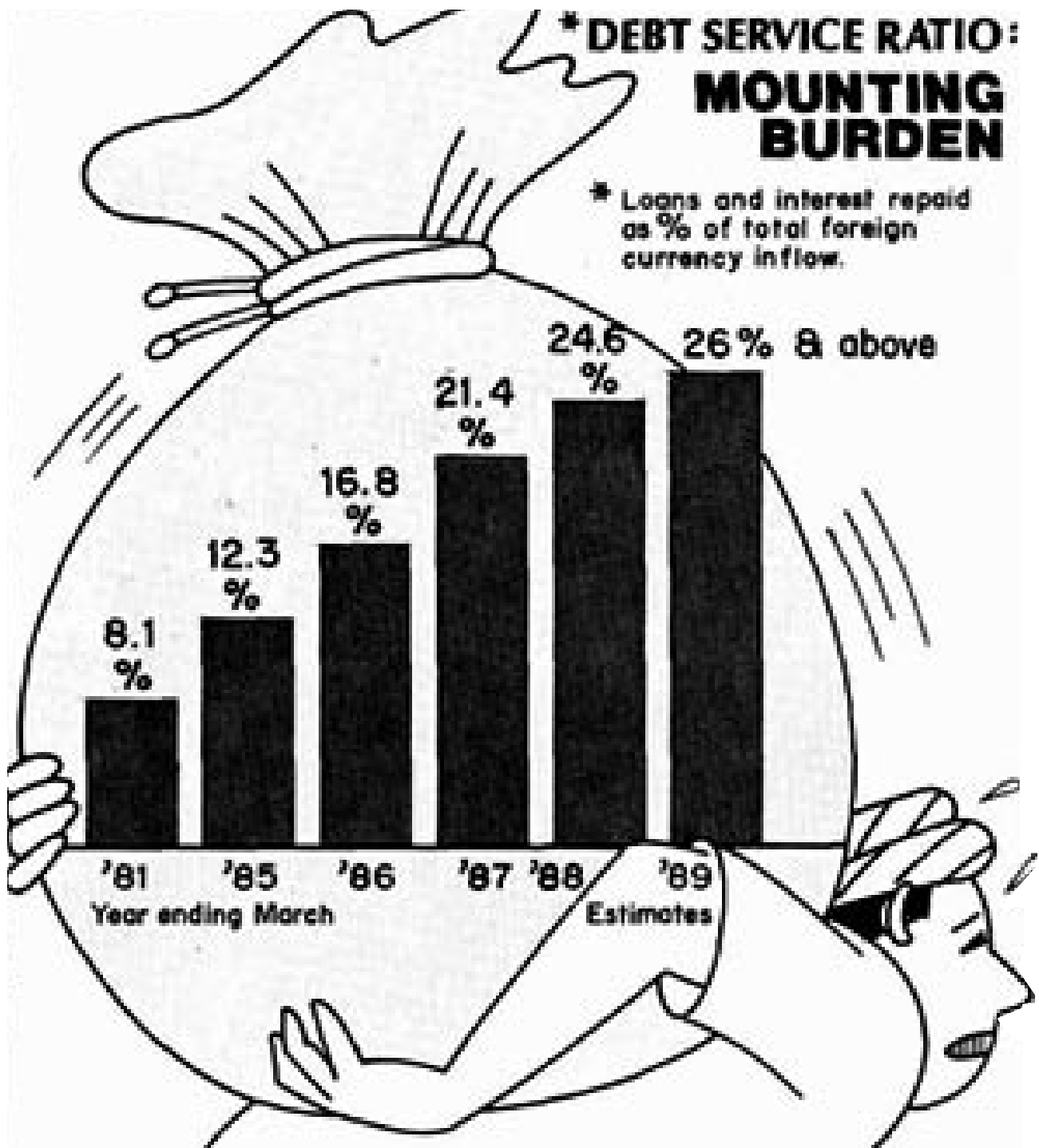


FIGURA 3 - Gráfico da proporção da remuneração financeira oriunda dos juros na montagem da dívida externa da Índia ao longo dos anos 1980, relativamente ao total dos fluxos de moeda estrangeira no país. Como seria possível admoestar, a composição dos juros é seguramente o elemento-chave que explica a expansão dos montantes da dívida externa neste país, e de igual modo, em todas as nações do Terceiro Mundo (Fonte: < www.indiatoday.in/magazine/economy/story/19890515 >. Acesso: 10-07-2018).

A saber, sem exceção, todas as parcelas convertidas nas experiências já realizadas foram pequenas: US\$ 68,5 milhões (Costa Rica), US\$ 650 mil (Bolívia), US\$ 10 milhões (Equador) e US\$ 4 milhões (México). Neste último caso, o *Debt Swap* sequer favoreceu as entidades ambientalistas, uma vez que o governo asteca aplicou a conversão para beneficiar entidades governamentais.

O resultado destas experiências, contrariando um entusiasmo inicial muito grande, confirma que para os banqueiros internacionais não sensibiliza a inauguração de uma “Era de Aquário” ecológica que ameace os seus bolsos.

O ajuste para “pensar pequeno” recebeu na mesma direção, o endosso da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe, vinculada ao Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que lançou em abril de 1991, a publicação *Nossa Própria Agenda*.

Além de pretender, nas palavras de David Atkinson (representante do BID no Brasil) “contribuir para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente” (Folha de S. Paulo, 19-02-1991) e pregar o “Desenvolvimento Sustentável” ao longo de suas 241 páginas, a publicação reconhece que a conversão “não reduzirá substancialmente os níveis de endividamento”, embora ressalve que poderia “trazer grande apoio financeiro para a conservação do meio ambiente” (PNUD/BID, 1991).

De modo mais amplo, se pensarmos que as expectativas foram moduladas entre “converter a maior parte da dívida”, passando para 5% do total para chegar ao final em 0,2%, é necessário, então, que os segmentos pró-conversão cheguem a um consenso sobre o “preço” da defesa do meio ambiente, e do mesmo modo, se este valor obedece mais à oferta (dos banqueiros) do que à procura.

Ademais, estas sucessivas acomodações comprometeriam levar a cabo uma espécie de *Pacto de Moncloa Ambiental* ³, no qual o temário ecológico seria um elemento a sublimar contradições de classe e interesses objetivos inteiramente diferentes. A mais ver, a questão das parcelas convertidas, embora pequenas, ensejam duas perguntas muito pertinentes:

1. Reciclar a dívida, mesmo em pequenas porções, legitimaria o seu pagamento?
2. Qual seria a “política ambiental” aplicável aos 99,8% restantes?

Diante destas indagações, respondemos:

1. Concretamente, qualquer “reciclagem”, grande ou pequena, legitima o montante global, pois a conversão é na realidade um pagamento, o que aliás, ninguém nega explicitamente. A legitimação torna-se mais problemática em um tempo quando o alívio e cancelamento da dívida está exigindo precedência.

2. Não existe nenhuma política para os 99,8% restantes, ou melhor, existe uma: eximir-se da responsabilidade de discuti-la e deixar, em troca dos 0,2% convertidos, o governo Collor de mãos livres para pagá-la à vontade.

Para arrematar, algumas ponderações a acrescentar:

1. Sendo verdadeiro, tal como afirmam os representantes de entidades favoráveis à conversão, que se pede “muito pouco” face a uma “dívida com o meio ambiente”, que é “muito maior” (*Jornal do Brasil*, 17/08/90), então a estratégia da conversão falha no seu principal objetivo: a defesa do meio ambiente, pois ela implicaria em recursos muito mais amplos do que os negociados.

2. O “prato de lentilhas” (os comentados 0,2% convertidos), trocado pelo “direito à primogenitura” (o não-pagamento da dívida) exige os bancos de arcarem com suas responsabilidades ambientais, isto porque é inviável defender o meio ambiente da carga explosiva dos juros compostos dos 99,8% restantes, que continuarão a depredar a natureza pela continuidade de uma política cujo objetivo é a obtenção de divisas (a qualquer custo) para o pagamento da dívida.

3. Existe preocupação de que a conversão auxilie os investidores estrangeiros a controlar economias dos países do Sul, sendo que vários autores têm alertado que os esquemas de conversão solapam a soberania das nações do Terceiro Mundo.

4. Na perspectiva da economia, a conversão da dívida gera inflação por necessitar de cunhagem de moeda corrente do país beneficiado pela troca. Ademais, nada garante que os recursos amealhados não sejam perdidos no labirinto administrativo, favorecendo burocracias e escritórios. Paralelamente, a conversão fornece álibi ao sistema bancário para que legitimem outras formas de conversão, orientadas para a “desestatização” das economias dos países periféricos.

5. Finalmente, a conversão da dívida é uma cunha contrária a todos os setores que se posicionaram pelo não-pagamento da dívida: centrais sindicais (como a CUT), igrejas, movimentos sociais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, que argumenta ilegalidade e inconstitucionalidade da dívida), partidos políticos populares e o próprio movimento ecológico, todos unânimes na condenação do processo.

III. O movimento ecológico brasileiro tem, repetidamente, se posicionado contra a conversão da dívida. Encontros da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa da Natureza (APEDEMA, Campinas, em Agosto de 1990), demonstraram inconformismo diante da proposta ou têm colocado em dúvida a sua legitimidade (Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas, ENEAA, Brasília, em 1990). Os ecologistas favoráveis à conversão (uma minoria) criaram, pelo acesso facilitado à mídia, a falsa imagem de apoio do movimento à proposta, isto apesar desta não corresponder às expectativas majoritárias no movimento.

Expressiva maioria do movimento ecológico é contrária à conversão da dívida. A razão reporta a uma *visão de mundo e um modo de vida que extrapola* o âmbito inicial de uma corrente organizada para defesa da natureza.

Fundamentalmente, os ecologistas são críticos de um *modelo de desenvolvimento*, no qual uma rede interconectada formada por grandes empresas (nacionais ou transnacionais), pelo aparato de Estado e o capital financeiro, constituem “inimigos jurados” do equilíbrio ambiental.

Neste prisma, a dívida externa é reconhecida como elemento *indissociável* deste modelo. Como observa o sociólogo Cândido Grzybowski, “por trás da dívida externa e da questão ambiental, está o modelo de desenvolvimento, sua base tecnológica e organização social da produção, as relações e dinâmicas macroestruturais de acumulação, políticas, leis, normas e instituições sociais que regulam os conflitos inerentes ao modelo de desenvolvimento” (Cf. *A Dívida Externa é Inaceitável*, IBASE, 1991).

Além disso, note-se que no movimento ecológico incorpora um forte componente progressista, no qual os ativistas ecossocialistas, empenhados em defender um novo paradigma político, conjugando a herança do movimento operário com a ótica de defesa do meio ambiente, desempenham um importante papel (Eduardo Viola, *The Ecologist Movement in Brazil*, 1988).

Em particular, os ambientalistas são atentos às manobras e manipulações que a questão ecológica vem sofrendo, particularmente nos últimos anos, nos quais sua apropriação pelas elites deu-se nos marcos da pasteurização e desideologização do problema (Ruy Moreira, *Geografia, Ecologia, Ideologia: A Totalidade Homem-Meio Hoje*, 1988).

Deste modo, torna-se evidente que ao lado da crítica da transformação da ecologia em *marketing verde* (Cf. Figura 4), prática adotada por imobiliárias com a conhecida chamada *Venha morar no verde*, pelas indústrias de *suco natural*, de águas minerais *puras e cristalinas*, pela indústria têxtil, que propõe *linhas de estilo ecológicas*, pelo

comércio de *plantas ornamentais* e pelas editoras, neste caso, popularizando uma *literatura ecológica*, caberia advertir que a tudo isso, deve ser somada a ação de banqueiros e governos, “subitamente transformados em defensores da ecologia” (Cândido Grzybowski, *idem*).



FIGURA 4 - o cartunista norte-americano Andy Singer brinca com o conceito de marketing verde utilizado pela publicidade para introjetar a noção de empresas ambientalmente responsáveis e a possibilidade de transformar em ecológicas, todas as manifestações do aparato produtivo já existente (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 10-07-2018).

Não surpreende, pois, a recusa da proposta da conversão, recentemente reforçada pelo Fórum de Organizações Não-Governamentais preparatório para o Encontro Paralelo ao UNCED-92 (acrônimo de *United Nations Conference on Environment and Development*, qual seja, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizado na capital paulista entre os dias 5 e 7 de Abril de 1991, que apontou para a deslegitimação do temário ecológico como forma de obtenção de suporte financeiro para projetos ambientais.

Tema claramente polêmico no interior do movimento ecológico, o debate acirrou-se pela decisão de um grupo de grandes entidades em articular um consórcio, com o compromisso de atuação conjunta na busca de recursos no exterior, referendado em Belo Horizonte, em Agosto de 1990.

Apoiando a conversão da dívida, o consórcio causou constrangimento a amplos segmentos do movimento ecológico, pois além de formalizado à sua revelia, auto credenciou-se na interlocução pela defesa do meio ambiente em clara contradição com decisões amplamente discutidas.

Detendo grande poder de comunicação, articulação com uma rede internacional de apoio e institucionalmente sólido, o consórcio possui generoso espaço nos meios de comunicação, podendo influenciar os poderes governamentais, aos quais cabe, em suma, a última palavra a respeito do assunto.

Outra preocupação é o temor (real) de que as entidades favoráveis à conversão venham a se constituir, da mesma forma que nos países onde a “reciclagem da dívida” foi feita, em detentoras exclusivas da luta ambientalista, já que o processo de conversão, calçando a entrada de recursos financeiros, fortalecerá ainda mais as chamadas grandes entidades, ou então o próprio aparato de Estado, hipertrofiando o “ecologismo institucional”.

Portanto, é procedente o receio da conversão da dívida comprometer a autonomia do movimento ecológico, seja por enlace com circuitos financeiros internacionais, seja com as cúpulas governamentais.

Este atrelamento trará, como efeito direto ou indireto, o enfraquecimento das pequenas entidades, que no geral atuam em contato direto com as lutas populares e cuja predisposição para lutar, sem recursos, sem apoio da imprensa e em algumas ocasiões, enfrentando incompreensão por parte da própria população, deve ser levada em consideração.

Mais grave ainda, o avanço de uma visão “pragmática” de luta ecológica, claramente não-classicista e umbilicalmente vinculada à ordem social existente (a mesma que provoca sérios impactos ambientais), *implica no fortalecimento de um ecologismo de resultados, preocupado na compatibilização do grande capital com o meio ambiente.*

Tudo isso contraria uma compreensão de ecologia como adaptada às perspectivas históricas do Terceiro Mundo, onde o ambientalismo é indissociável das lutas sociais da população (*passim* Lorenzo Cardenal, *Carta aos Ecologistas do Norte*, in Terra Nuova/Fórum, 1989).

Exatamente por esta razão é que a imensa maioria dos ecologistas brasileiros repudia a conversão, encorpendo a luta contra uma dívida que precisa ser cancelada para o benefício dos povos e do meio ambiente.

IV. Parte significativa da dívida externa foi contraída para construir obras lesivas ao meio ambiente. A conversão não só legitimaria, como também garantiria uma

“anistia ambiental” para megaprojetos tais como o Programa Nuclear, Itaipu, Polonoroeste e o Projeto Grande Carajás.

Note-se que o fato do movimento ecológico ter se posicionado contra a conversão evidencia coerência, reconhecidamente porque os recursos captados no exterior financiaram projetos que além de serem socialmente perversos e economicamente geradores de dependência, foram ecologicamente desastrosos.

O cômputo da dívida externa agrega, por exemplo, o custeio da Usina Nuclear de Angra dos Reis, que sozinha, do início das obras até 1988, consumiu US\$ 2 bilhões. Apenas pelos juros desta dívida, o país paga atualmente meio milhão de dólares por dia, quantia suficiente para abastecer de carne uma cidade das proporções de Belo Horizonte.

Quanto a Itaipu, o fantástico projeto de aproveitamento das águas do Rio Paraná, além dos danos sociais e ambientais já provocados (ou por provocar, na hipótese do rompimento da represa), é responsável por outros US\$ 20 bilhões. O Polonoroeste, responsável por uma das mais altas taxas de desmatamento do mundo (17 a 20% do estado de Rondônia em menos de uma década), foi implantado em troca de US\$ 400 milhões.

Relativamente ao Projeto Grande Carajás (PGC), seria suficiente destacar que tão só a Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi erguida ao custo de US\$ 8 bilhões, no essencial, atendendo a demanda de energia do Polo de Alumínio do Maranhão, composto por empresas transnacionais com foco no processamento, extremamente poluente e eletrointensivo, da bauxita (Figura 5).

Para além dos graves impactos ambientais provocados na região, Tucuruí vende a energia gerada por apenas um terço do custo, significando um subsídio da ordem de US\$ 1 bilhão anuais. Estão igualmente inseridos nos serviços da dívida os fundos captados para a construção da malha viária da Amazônia (como a rodovia transamazônica) e para executar obras projetadas pelo Plano 2010 da Eletrobras.

Nesta ordem de preocupações, também seria pertinente elencar o transplante de maquinário poluente, repudiado pelos centros avançados de acumulação de capital. A industrialização retardada dos países periféricos, baseada no maquinário obsoleto, garantiu taxas inéditas de poluição, política exemplarmente sintetizada pelo então senador José Sarney durante o regime militar com o apelo *Que venha a poluição, sempre que se transfiram indústrias*.



FIGURA 5 - Material promocional da Eletrobras, transmitindo uma imagem de empresa como preocupada com a defesa do meio ambiente. Acossadas por constantes denúncias relacionadas aos impactos ambientais dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, desde os anos 1980, as empresas estatais de energia passaram a desenvolver ações midiáticas visando criar percepção ambientalmente favorável junto à sociedade civil (Fonte: < <http://eletrobrasalagoas.com/index.php/sustentabilidade/> >. Acesso: 9-07-2018).

Pois então, carros que poluem vinte vezes mais que similares europeus e norte-americanos, fabricação e venda de agrotóxicos condenados internacionalmente e eletrodomésticos que ferem qualquer parâmetro de consumo energético aceitável, são alguns dos efeitos do “desenvolvimento industrial” do Sul, encetado com base num maquinário tecnologicamente defasado dos países do Hemisfério Norte, processo que também possui uma quota de responsabilidade pela dívida externa.

Recordando a entronizada prédica do economista John Keneth Galbraith, de que a dívida foi feita por governos insensatos e fornecida por banqueiros não menos insensatos, podemos acrescentar que existiu completa insensatez ecológica, pela dilapidação de um patrimônio que a natureza criou em milhões de anos.

A dívida, com base nos empréstimos totais concedidos, degradou o meio ambiente na sua globalidade. Daí que argumentar que uma auditoria poderia selecionar “débitos convertíveis” dos “não-convertíveis” é uma falsa discussão, pois foi a dívida em geral depredou o meio ambiente.

Em resumo, *a dívida é ecologicamente inconvertível*, pois ela é, em si mesma, antiecológica.

V. Em um mundo onde os processos de devastação estão internacionalizados, é quimérico pensar que a simples implantação de *santuários ecológicos* protegerá a biodiversidade. Com exceção da hipótese da *redoma* (uma inviolável cúpula de vidro envolvendo a área das reservas ecológicas), chuvas ácidas, pressão populacional ou simplesmente o desespero dos excluídos, destruirão tais “ilhas ecológicas”. A melhor preservação será a obtida pela revisão global e estrutural do modelo de desenvolvimento em vigor.

É discutível a pretensão, exaustivamente divulgada, de que bastaria delimitar áreas de preservação para garantir, de forma eficaz, a integridade de paisagens naturais ameaçadas. Neste raciocínio, a demarcação de estações ecológicas - a régua e compasso, acompanhando ou não rugosidades naturais como um divisor de águas ou o curso de um rio -, permitiria estabelecer limites espaciais para a degradação de valiosos patrimônios naturais.

Entretanto, as dúvidas existem e são válidas. Na medida em que o discurso preservacionista *normalmente* aparece desacompanhado da reivindicação por uma revisão estrutural das formas de apropriação do espaço, é evidente a fragilidade da proposta.

Pensando-se que os ecossistemas estão interligados e são interdependentes, é preciso também levar em consideração o entorno e o espaço mais amplo que cerca as reservas. Assim, já que os processos naturais possuem dinamismos inteiramente diferentes dos que foram criados pela intervenção do ser humano na natureza, tais reservas não estarão a salvo da devastação.

Esta, poderá vir pela atmosfera, através de poluentes industriais carregados pelas massas de ar, das chuvas ácidas, ou por intermédio de outros agentes do meio físico (Figura 6). Avaliando a partir deste prisma, preservar subentende o enfrentamento de um forma de apropriação da natureza, privada e voltada para o lucro, que não deixará de devastar, com ou sem estações ecológicas.

A criação de unidades de preservação independentemente da crítica aos processos globais lesivos ao meio ambiente é de uma suprema ingenuidade. Retenha-se que mesmo em países com legislação ambiental rigorosa, como a Alemanha, apenas no ano de 1982 registrou-se uma deterioração de 7,7% das florestas, pelo depósito e acumulação de poluentes atmosféricos (Vide O Correio da Unesco, Março de 1985), enquanto que na Província do Ontário, no Canadá, entre 30 a 60% dos lagos tenha se tornado ácidos (idem).

É duvidosa também a preocupação “ecológica” em manter alguns espaços a salvo da devastação, enquanto todo o espaço ao redor é dilapidado. Seria uma forma de

encerrarem-se relíquias em santuários, a fim de preservar com nostalgia, alguns pobres restos do paraíso perdido. Esta seria uma atitude, tal como registra o filósofo e historiador francês Pascal Acot, nomeadamente *protoecológica*, ultrapassada no estágio atual dos estudos ambientais (in *História da Ecologia*, 1990).



FIGURA 6 - A poluição proveniente dos grandes centros industriais é uma importante fonte de poluentes, que atingem áreas por vezes situadas a centenas de quilômetros de distância, fenômeno que justifica na literatura da área de relações internacionais, a apresentação da conceituação de impactos ambientais transfronteiriços (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 9-07-2018).

O cenário composto por estações ecológicas implantadas por uma conversão que não questiona relações de poder, objetivamente resultaria em áreas supostamente protegidas dispersas pela superfície de um Planeta devastado, o que é inaceitável de um ponto de vista ecológico.

Para ser minimamente consistente, qualquer tese de defesa da natureza deve estar associada ao enfrentamento de processos de devastação cuja hegemonia somente será quebrada com radicais transformações sociais e econômicas.

Uma vez mais, precisamos resgatar a questão social do Terceiro Mundo, onde uma população famélica, miserável e crescentemente desapropriada de todos os sinais de humanidade (que a burguesia reservou ciosamente para si), pressionará, *de forma incontrolável*, estes últimos Jardins do Éden.

É o que já vem acontecendo em várias reservas naturais da África, assediadas por caçadores sem recursos e nas áreas indígenas do Brasil, cuja população vê-se obrigada, em vários momentos, a desmatar para sobreviver.

Apenas atacando as questões de fundo será garantida eficácia real para as estações ecológicas. O mundo atravessa um momento crítico, no qual a própria sobrevivência da biosfera está em perigo. Nesta vertente, a criação de uma *miragem ecológica* é um dos meios mais eficientes para garantir esta degradação.

A luta pelo meio ambiente deve envolver o conjunto de homens e mulheres por um novo modelo de desenvolvimento que transforme a natureza em um benefício coletivo e não em uma recordação do passado, filhada em um planeta sem vida.

Como recorda o ambientalista mineiro João Bosco Senra em artigo no *Estado de Minas* na edição de 29-03-91, *não estamos em dívida com a morte, e sim, com a vida*. E, pela vida, acrescentamos, não podemos converter a morte.

VI. Transformações mundiais apontam para uma revisão econômica e alterações na Divisão Internacional do Trabalho. Entram em cena tecnologias inéditas, tais como a microeletrônica, a robótica, novos materiais, novas fontes de energia e em especial, a *engenharia genética*. A matéria-prima da biotecnologia, o gen, é encontrado em abundância nas florestas tropicais úmidas e diversas outras formações vegetais, todas localizadas no Terceiro Mundo. Não estão claros os mecanismos de controle dos conhecimentos relativos ao legado genético das unidades de conservação. Suspeita-se que por detrás do “interesse ecológico” estão outros atrativos, pouco ambientais, como o controle dos bancos genéticos pelos países centrais, peça fundamental para a reprodução do capitalismo para o Século XXI.

As propostas de implantação de unidades de preservação vem acompanhadas de primados conceituais impecáveis.

São comumente apontados no elenco de virtudes, a educação ambiental, estudos científicos visando a regeneração e conservação da natureza, utilização econômica não-predatória (com o chamado turismo ecológico) e, inclusive, a preocupação pelo equilíbrio ecológico de áreas já ocupadas pelo homem, protegendo os recursos hídricos, a manutenção do microclima ou como barreira natural e institucional para deter a expansão das grandes metrópoles, reconhecidamente superpovoadas e que de modo crescente, são demograficamente inviáveis.

Pouco debatida, porém, é a questão dos bancos genéticos, que algumas vozes já destacaram como das mais importantes para o Século XXI. Dentre estas, pontifica-se o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD-ONU), ou *Nosso Futuro Comum* (1988), que ressalta a importância da preservação para a indústria química, farmacêutica e para a agricultura do futuro.

Particularmente, entenda-se que *estamos entrando numa era em que a riqueza genética, sobretudo a de áreas tropicais como as florestas pluviais, até agora um fundo fiduciário relativamente inacessível, está se tornando uma moeda de alto valor imediato* (Figura 7).

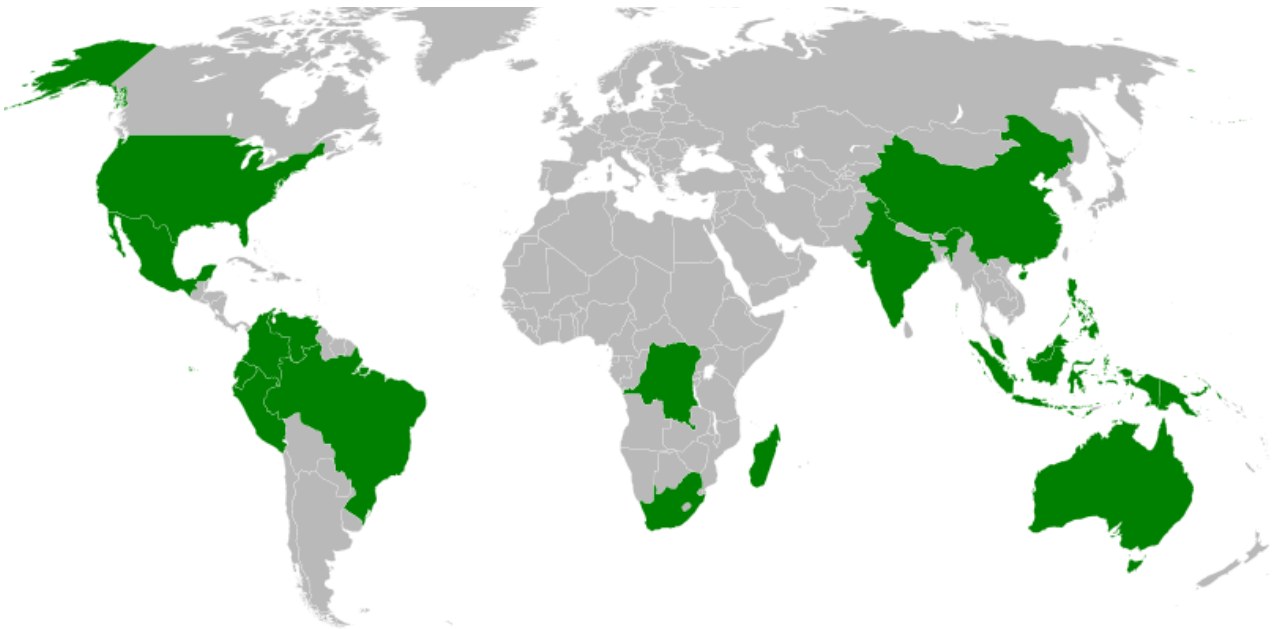


FIGURA 7 - Mapa com os 17 países megadiversos do Planeta. Atente-se que com a notória exceção dos Estados Unidos, todas as nações dotadas de riqueza biológica estão situadas nas latitudes tropicais da Terra (Fonte: < <http://www.ecoclimax.com/2017/03/map-of-megadiverse-countries.html> >. Acesso: 9-08-2018).

Justifica-se, desta forma, parecer do biólogo e professor de Ecologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), José Vilhena, que observa na comoção internacional dirigida para o desmatamento das florestas tropicais (e não para a questão geral do meio ambiente no Terceiro Mundo) indício dos grandes interesses que na realidade estão pouco preocupados com ecologia.

Seria ingenuidade nossa acharmos que a poluição industrial de nossos rios seria capaz de provocar a indignação que vem causando o desmatamento da Amazônia, asseverou Vilhena no Seminário *Amazônia e Desordem Ecológica* (in *O Globo*, edição de 29-10-1988).

O possível controle dos bancos genéticos (germoplasma), constituiria, neste prisma, um elemento central na criação de uma vasta reserva ecológica de pesquisa dos países desenvolvidos, com o objetivo de “reduzir a dependência de matérias-primas provenientes do Terceiro Mundo” (*Y sin embargo se mueve*, revista *Aleph*, Equador, 1990).

É preocupante também a possibilidade de serem estruturadas novas formas de dominação através do monitoramento ecológico do legado genético. Há bibliografia ponderável, por exemplo, sobre as consequências da chamada Revolução Verde, promovida pelas multinacionais nas décadas passadas.

Assegurando-se do domínio dos processos biológicos (através do patenteamento de sementes), as grandes empresas criaram os famosos pacotes tecnológicos, onde a atuação dos laboratórios na seleção de sementes foi o ponto de partida para a criação de novas relações de dependência e exploração (*passim* Adilson D. Paschoal, *Patenteamento de Sementes: Uma Lição de História*, 1986).

Sabe-se que a seleção foi realizada e ajustada para solicitar praguicidas e produtos químicos para o crescimento das plantas, produzindo colheitas que requeriam, por sua vez, maquinário igualmente específico. Formou-se então um tripé funcional, constituído de semente/veneno/máquina, quase sempre gerenciado por um mesmo grupo empresarial através de subsidiárias, departamentos e divisões agrícolas.

Parcialmente financiada pelo Banco Mundial, os resultados da *Revolução Verde* foram catastróficos. O controle dos acervos de germoplasma eliminou a diversidade dos cultivares e das sementes (geralmente adaptadas a diferentes ecossistemas), em favor da homogeneidade (erosão genética), cuja produtividade, embora maior, está diretamente relacionada às pesadas doses de adubos inorgânicos, de herbicidas e de agrotóxicos, eufemisticamente carimbados como “defensivos agrícolas” pela indústria química.

Com o surgimento da *Revolução Verde* consolidou-se uma agricultura industrial, de base química, direta ou indiretamente dependente de insumos petrolíferos. Vitaminou também a pauperização dos agricultores do Terceiro Mundo pela criação de laços de dependência com as companhias de sementes, de agrotóxicos, adubos e de maquinário agrícola (Ernest Mandel, *Os Dólares da Fome*, 1987).

Este modelo implicou igualmente na expulsão de milhões de camponeses do meio rural dos países pobres, por conta de uma competição que favoreceu unicamente os setores mais capitalizados do campo. Cabalmente, determinou perda de precioso tesouro genético, com o abandono do cultivo milenar das variedades locais em favor

de germoplasma novo, substituindo uma herança agrícola que subitamente, foi transformada em patentes pelas grandes companhias (Figura 8).



FIGURA 8 - Foto de divulgação do agrônomo estadunidense Norman Borlaug, idealizador da Revolução Verde. Laureado com o Prêmio Nobel da Paz de 1970 em razão do trabalho que desenvolveu junto à agricultura, Borlaug, no entanto, tornou-se epicentro de uma áspera controvérsia ambiental, que colocou em cheque a validade a longo prazo das suas propostas (Fonte: < <https://www.thoughtco.com/green-revolution-overview-1434948> >. Acesso: 10-07-2018).

Quem domina as sementes controla a humanidade, escreveu Pat Ron Mooney em seu clássico *Seeds of the Earth: A Private or Public Resource?* lançado em 1979. Pensar em estações ecológicas candidamente voltadas para educação ambiental ou turismo ecológico, esquecendo que ao longo da história o conhecimento científico acompanhou determinações de ordem política e econômica, é negar possibilidades de utilização perversa da ciência.

A Revolução Genética em curso, que está suplantando a Revolução Verde, pode por consequência, configurar um novo patamar de relações desiguais, permitindo o prognóstico de criação de novas tecnologias de uso militar, básicas para uma guerra genética (Cf. Rattray Taylor, *Explosão Biológica*, 1968), ou visando uma nova eugênia (idem), preocupada em gerar “novos homens”.

É indiscutível a necessidade de preservar a biodiversidade da Floresta Amazônica, do Cerrado, Pantanal e demais ecossistemas. Ao mesmo tempo, precisamos de rígido controle por parte da sociedade civil, que poderá, no futuro, ser vítima da ausência

de políticas claras referentes ao gerenciamento e de diretrizes dos conhecimentos obtidos pela pesquisa científica.

Ademais, a generosidade que a natureza expressa em sua pluralidade deve estar, com justiça, voltada para gerar benefícios para o conjunto da sociedade e não para interesses particulares, cuja lógica de apropriação dos recursos naturais contradiz estes mesmos propósitos.

VII. A conversão da dívida, além de legitimar um débito inexistente, passa olímpicamente ao largo de 500 anos de exploração do Terceiro Mundo, origem de um crédito ecológico financiado pelos países do Sul em favor do Norte. Graças a este crédito ecológico, foi possível desenvolver os países temperados, que jamais discutiram a sua dívida ambiental para com os países tropicais.

O “processo civilizatório” na América, prestes a “comemorar” 500 anos, constituiu-se numa sucessão de horrores inimagináveis: a destruição dos Impérios Inca, Maia e Asteca, massacres no Brasil, no Caribe e em toda a América Latina.

Oito milhões de mortes, apenas no Peru, até 1825. Na Bolívia, país onde viviam dez milhões de pessoas no tempo dos incas, ainda hoje não recuperou-se do genocídio, possuindo apenas cinco milhões de habitantes (Júlio José Chiavenato, *Bolívia, Com a Pólvora na Boca*, 1981).

O trabalho nas *plantations* tropicais dizimou tribos inteiras e em tal intensidade, que foi necessário importar milhões de africanos. Cem milhões de mortos resultaram do tráfico negreiro e do trabalho escravo de indígenas e negros.

Para abrir espaços para a agricultura ou quebrar a resistência dos povos autóctones, vastos territórios foram destruídos por queimadas. Todas as Antilhas arderam em brasa, com florestas inteiras foram postas abaixo.

A “civilização” ainda trouxe consigo técnicas novas, como o uso do mercúrio para extração dos minérios de ouro e da prata, técnica altamente lesiva ao ambiente, inaugurada já em 1559-62 nas minas do México e em 1570-72, nas do Peru.

Em síntese: o que se teve foi um processo opressivo e ambientalmente devastador, isto numa escala simplesmente sem precedentes (Figura 9).

Na sequência, nunca existiu preocupação com um conceito de tropicalidade, voltado para a criação de técnicas adaptadas à realidade social e ecológica da América Latina. Por sua vez, a Divisão Internacional do Trabalho, reproduzindo as leis do

desenvolvimento desigual e combinado, impôs ao Terceiro Mundo todos os riscos técnicos inerentes ao processo de expansão das economias do Norte.



Figura 9 - Na obra *A Chegada de Cortés*, do muralista mexicano Diego Rivera (Palácio Nacional do México, 1951), o artista retrata a opressão e os métodos violentos que caracterizaram a implantação do sistema colonial no México, cujas práticas, foram absolutamente análogas às colocadas em ação no conjunto das nações dominadas pelos ocidentais (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 9-07-2018).

Este processo continua pelo serviço da dívida externa, geradora de renda líquida para os países ricos: US\$ 200 bilhões entre 1982 e 1988. Por trás da dívida externa e da questão ambiental, está o modelo de desenvolvimento em vigor, socialmente injusto e ecologicamente irresponsável.

Quinhentos anos de exploração da América Latina significaram o maior roubo de recursos jamais realizado, ultrapassando os saques dos mongóis de Tarmelão e transformando as pilhagens dos faraós numa autêntica aventura de principiantes. A manutenção da dominação utiliza ainda hoje a destruição do meio ambiente como tática de guerra. Armas químicas, fósforo branco e poderosos herbicidas (como o

tristemente famoso agente laranja) são usados nas guerras de baixa intensidade, provocando, em países como El Salvador, uma destruição inédita.

Estes processos de dominação só trouxeram amargura, devastação, infelicidade e miséria para milhões de latino-americanos. É a maior dívida jamais registrada nos anais da história, baseada em transplante sem paralelo de recursos. *Quem deve a quem?*, perguntam ecologistas equatorianos ao comentar a conversão da dívida:

Existe acaso alguma forma de medir esta dívida humana, de milhões de índios americanos, sacrificados para a prosperidade europeia? Seu sangue tirou o ouro e a prata que fluíram ao velho continente para a acumulação formidável de riqueza, para o surgimento de cidades, indústrias, bancos (Y sin embargo se mueve, Aleph, Equador, 1990).

Esta dívida ambiental não é discutida, comentada ou objeto de propostas de conversão. Em uma conjuntura em que expressões como crime ecológico ou direito ambiental passaram a fazer parte do vocabulário corriqueiro do cidadão comum, não se nota nenhum esforço para o resgate desta dívida, muito superior a que os países do Sul pretensamente possuem com relação aos países do Norte.

Estas observações fundamentam propostas de sentido exatamente contrário, com base na *cobrança da dívida ecológica do Primeiro Mundo para com o Terceiro*.

Defender a conversão é, portanto, um duplo equívoco, *pois além de legitimar uma falsa dívida, simultaneamente se deslegitima a dívida real, cuja base foi o sacrifício de milhões de vidas e a destruição do meio ambiente*.

VIII. Por não garantir a preservação do meio ambiente, por pressupor como viável preservar sem alterar os mecanismos globais de devastação, por não estar esclarecida a questão dos bancos genéticos, pelas críticas recebidas do movimento ecológico no Brasil e no exterior, por não alterar em nada o dramático quadro da dívida externa, por legitimar uma dívida que não fizemos, não podemos e não queremos pagar, por procurar converter uma dívida que é ecologicamente inconvertível, por negar 500 anos de espoliação ecológica do Terceiro Mundo e por sua relação siamesa com o Ecologismo de Estado, a tese da conversão vem perdendo terreno e submetendo seus defensores a sucessivos recuos. No entanto, existe também um desafio para os setores progressistas, que ao criticarem a conversão, devem ter clareza da necessidade de um *novo paradigma*, a unir justiça social e democracia à ecologia. Sem isto, a crítica à conversão conseguirá ser mais carente do que a própria tese da conversão.

É possível que alguns pontos tenham sido deixados de lado neste trajeto. Dos que foram comentados, é preferível resgatar e reforçar algumas nuances, pois como já foi visto, o debate extravasa a simples discussão relativa à preservação. Em resumo:

1. A campanha mundial de preservação baseada no *Debt Swap* está ajustada às expectativas e transformações da Divisão Internacional do Trabalho em vigor no mundo capitalista. O grande paradigma nesta nova ordem é o *Desenvolvimento Sustentável*, cuja finalidade é “manter a pobreza em níveis aceitáveis” e intervir “sobre a miséria absoluta apenas na justa medida em que esta é percebida como causa e fator de uma deterioração ecológica” (Selene H. Santos). A campanha não perde e, pelo contrário, assimila integralmente o horizonte do neoliberalismo, constituindo parte de uma nova revolução burguesa em curso, onde a ecologia é elemento fundamental em sua utopia, simbolismo e reprodução social e econômica.

2. A conversão da dívida insere-se no interior de um quadro internacionalizado de preocupações ecológicas do grande capital, voltado para iniciativas de proteger exclusivamente áreas de seu interesse específico, como as florestas tropicais úmidas do Terceiro Mundo, cuja riqueza germoplásmica está muito distante de pleno detalhamento. Além das *Rainforest* ou *Regenwald*, das calotas polares, dos vastos espaços não-territorializados da China Popular e da ex-URSS, também estão em jogo os trabalhos de recuperação ambiental do Leste Europeu. *Na criação desta nova fronteira biológica do capitalismo (vital para sua sobrevivência), joga um papel indiscutível a UNCED-92, que poderá ser transformada na Bretton Woods ⁴ do meio ambiente.*

3. Ao contrário do apregoado pelos arautos do admirável mundo novo neoliberal, não existirão riquezas para todos e muito menos o planeta será convertido em um vasto Jardim do Éden sem fronteiras. Esta utopia é falsa, pois toda esta estratégia é reprodução do velho rosto do liberalismo, com “pressupostos que levam à adoção de medidas violentas e destacam a natureza sacrificial do capitalismo” (Julio de Santa Ana, in CESE, 1990). Nesta ordem de considerações, o *gap* tecnológico dos países periféricos com relação aos centrais, será mantido e ampliado. As novas tecnologias implantadas no Terceiro Mundo poderão reforçar, e não diminuir, os níveis de dependência. Alguns estudos confirmam esta hipótese: Ruy de Quadros Carvalho e Hubert Schmitz (*O Fordismo está vivo no Brasil*, in *Novos Estudos*, Cebap, 1990), assinalam, por exemplo, que “em contraste com as novas tendências das economias centrais”, a automação programável na indústria automobilística brasileira está reforçando, em vez de atenuar, a organização fordista do trabalho, processo anterior às novas tecnologias em uso. O mesmo ocorre com a questão ambiental. De maneira geral, o Sul estará novamente bancando o viés tradicional de financiamento dos países do Norte e, simultaneamente, seu próprio atraso.

4. Mesmo a incorporação da “preocupação ecológica” pelos centros de poder mundial não alterará o dramático quadro de decomposição do Planeta. Medidas de proteção são e serão insuficientes para conter “sinais iminentes de catástrofes tão globais quanto locais: camada de ozônio que se abre ali, acidentes com materiais radioativos aqui e assim por diante” (Sonia Furian, in *Palestra Masp*, 1989). Neste sentido, esta “preocupação” caminha paralelamente à instituição de técnicas de controle ambiental (inclusive pela esquerda - institucionalizada ou não), medidas que “atacam apenas os efeitos, não levando às causas, que conduzem, de forma permanente e sistemática, a esta agressão” (*apud* Leonardo Boff, in *Francisco e a Ecologia*, 1991).

5. Os setores progressistas de todo o mundo, que durante décadas estigmatizaram a ecologia como uma luta pequeno-burguesa a serviço do grande capital, vêm-se agora em crescente dificuldade para interpretar e decodificar a questão ambiental, mais ainda pelo fato da burguesia já ter conseguido a sua leitura do processo (ver Osvaldo Bayer, *Los Verdes: Una revolución de base que el sistema logró paralizar*, in revista *Crisis*, n.º. 58, 1988). O sobressalto é manifesto em vista da constatação de que modelos imediatistas e produtivistas (copiados do universo conceitual burguês) são insuficientes para entender a crise da própria burguesia e os desafios impostos pelo capitalismo. Isto é agravado pela perda do modelo para muitos anteriormente inquestionável: o *socialismo nominal*.

Assim, mesmo em momentos em que a crise ambiental está a vista de todos, pode-se observar setores progressistas reagindo com insegurança e hostilidade à questão ecológica. É preciso assimilar um novo paradigma, ecológico ou ecologizante para fazer frente a um *capitalismo real*, preocupado em transformar o Terceiro Mundo em um pesadelo permanente, ambientalmente devastado e habitado por bilhões de esfomeados. A ausência de um projeto político holístico respaldará explosões difusas e descontroladas, dirigidas contra alvos errados, tais como os próprios ecologistas.

Deste modo, a questão não é simplesmente criticar a conversão, mas sim qualificar mais intensamente a luta ecológica, incorporando valores ecologistas em bandeiras como a reforma agrária, urbana e a própria dívida externa (*passim* *Meio Ambiente e Organização Popular*, CESE, 1989).

Isto significa fazer uma crítica ecológica/ecologista à conversão e não uma crítica à ecologia, pois mudar o mundo nunca esteve tão associado, como agora está, à luta por sua própria sobrevivência e preservação (Figura 10).



FIGURA 10 - Fotografia da NASA conhecida como Blue Marble (“Mármore Azul”, ou bolinha de gude em inglês), captada pela Nave Apolo XVII em 07-12-1972 a uma distância de 55.000 km. Trata-se de imagem icônica pelo impacto gerado na opinião pública, que ao explicitar a finitude do Planeta, passou a ser percebida como símbolo imagético da causa ambientalista global (Fonte: *Picture of the Day*, NASA, in < <https://www.nasa.gov/> >. Acesso: 10-07-2018).

A conversão se dá dentro de um processo histórico que deve ser historicamente decifrado. Como nunca, a dimensão ecológica, que ganha crescente relevo face ao caráter destrutivo do capitalismo, esteve tão ressaltada, a demonstrar que história e ecologia estão unidas em um só processo.

Cabe a nós, ao resgatarmos a história, recuperarmos a dimensão ecológica, pois sem ela corremos o risco de não termos história para resgatar. A luta contra a conversão é um dos episódios desta (re)conquista, pois a crítica, já disse alguém, é ir às raízes,

chegar onde as árvores se embebem de água e nutrientes. É nos defrontarmos com o que não concordamos.

Mas esta corrente da consciência também possui caminho inverso. Como tudo na vida, ao mesmo tempo em que negamos algo, passamos a conhecer melhor o que queremos e se persistirmos mais e acreditarmos na nossa própria persistência, passaremos a gerar um novo projeto, embrião pujante de uma nova vida.

¹ **Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida**, ISBN: 8526002708, é um título disponibilizado na Internet em Julho de 2018 em Formato PDF pela **Editora Kotev** (Kotev ©). Enquanto tal, esta edição digital de **Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida** atende às regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa e também agrega cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. A formatação do material, contou com a Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-Page: www.harddesignweb.com.br. A reedição de 2018 resguarda o texto originalmente publicado em 1991, ao qual foram anexadas dez imagens, recurso não disponível na primeira edição e duas notas explicativas. Anote-se que editorialmente, o texto de **Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida** é um material gratuito, sendo vedada qualquer modalidade de reprodução comercial e também, de divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação de **Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida** deve obrigatoriamente incorporar referências bibliográficas em conformidade com o padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*. Texto publicado originalmente em *Conversão da Dívida e Meio Ambiente*, coedição Editora Global e Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Série Dívida Externa, Volume 2, São Paulo, 1991. Reeditado como título da Série Meio Ambiente Nº. 16, da Editora Kotev. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

2 Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área do meio ambiente e uma carreira acadêmica diversificada, com contribuições nas vertentes da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Antigo colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, ativista de movimentos em defesa da Represa Billings e um dos veteranos da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA, SP), Waldman foi elencado no ano de 2003 em enquete do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) como um dos trinta ambientalistas históricos do Estado de São Paulo. Nos anos 1980 e 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e em várias entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). No plano institucional, Waldman foi Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Foi colunista, articulista e/ou colaborador da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), do jornal Diário do Grande ABC, Folha de São Paulo (Seção do Grande ABC), revista Tempo & Presença, site da Editora Cortez, boletim Linha Direta, revista Teoria & Debate, revista Ambiente Urbano, site do Prof Assessoria em Educação, site Cultura Verde, Secretaria de Comunicação de São Bernardo do Campo, jornal O Imparcial e da revista Brasil-África Magazine. Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700

artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman lançou, dentre outras obras, *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992) e *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental. Como coautor, assinou em parceria obras como *Meio Ambiente e Missão: A Responsabilidade Ecológica das Igrejas* (Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 2003), *Guia Ecológico Doméstico* (Editora Contexto, 2000), *A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto* (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Fortaleza, 1992) e *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* (Coedição CEDI e Editora Global, 1991). Traduziu duas obras de peso: *El Ecologismo de los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración* (de Joan Martínez Alier) e com a colaboração da filósofa Bia Costa, *Fifty Major Philosophers* (de Diané Collinson). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br;

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>;

Biografia Wikipédia: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman.

Email: mw@mw.pro.br

3 O *Pacto de Moncloa* foi um acordo assinado em 25 de outubro de 1977 no Palácio de Moncloa, em Madri, que sedia o governo da Espanha, durante a Transição Democrática Espanhola entre governo e os principais partidos políticos com representação parlamentar, com associações profissionais e forças sindicais (exceto a Confederação Nacional do Trabalho, CNT), visando assegurar uma transição suave para um sistema democrático e adotando uma política econômica para combater as altas inflação, na ocasião alcançando a cifra de 47% anuais. Tornou-se um dos símbolos consagrados da conciliação de classes, e enquanto tal, repudiado por numeroso contingente de organizações grupos politicamente engajados. (Nota da edição de 2018).

4 As conferências de Bretton Woods definiram o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, estabelecendo a partir de Julho de 1944, as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países centrais, tendo por desdobramento, o regramento de uma ordem mundial para o conjunto das economias de mercado. O Sistema Bretton Woods tornou-se referência por excelência de pactuações dessimétricas de índole global, particularmente quando em detrimento do Terceiro Mundo. (Nota da edição de 2018).

CONHEÇA A SÉRIE MEIO AMBIENTE



<http://mwtextos.com.br/serie-meio-ambiente/>



Os debates sobre MEIO AMBIENTE são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, AFRICANIDADES, CARTOGRAFIA, ANTROPOLOGIA e EDUCAÇÃO POPULAR.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:
<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:
atendimento@kotev.com.br